



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2025.0000419450

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2063268-23.2025.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é agravante WALKQUIRIA RAMOS DE OLIVEIRA, são agravados MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA e DW SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso, com observação. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RÉGIS RODRIGUES BONVICINO (Presidente) E JOSÉ MARCOS MARRONE.

São Paulo, 30 de abril de 2025.

EMÍLIO MIGLIANO NETO
Relator(a)
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

Agravo de Instrumento 2063268-23.2025.8.26.0000 (**processo digital**)

Relator: Emílio Migliano Neto

Agravante: Walkiquiria Ramos de Oliveira

Agravados: Multimarcas Administradora de Consorcios Ltda e Dw Solucoes e Empreendimentos

Juízo de origem: 7ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro da Comarca da Capital

Voto 6.447-EMN-sjm

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. GRATUIDADE PROCESSUAL. Insurgência da parte autora, ora agravante, contra decisão que acolheu impugnação à gratuidade processual e revogou o benefício concedido. Pleito que não merece prosperar. Documentação trazida aos autos que demonstra a capacidade financeira da parte recorrente. Manutenção da decisão agravada que se impõe. Precedentes. **RECURSO NÃO PROVIDO, com observação.**

Vistos.

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Walkiquiria Ramos de Oliveira contra a r. decisão interlocutória de fls. 287/289, proferida nos autos de origem, pela MMª. Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional II de Santo Amaro da Comarca da Capital, Doutora Renata Longo Vilalba Serrano Nunes, por meio da qual, na ação de rescisão contratual cumulada com devolução de quantia paga e indenização por dano moral, acolheu impugnação à gratuidade processual e revogou o benefício concedido.

Sustenta a parte autora, ora agravante, em suma, que faz jus ao benefício pleiteado, uma vez que não reúne condições de arcar com as custas e despesas processuais. Culmina pugnando pelo provimento do recurso a fim de reformar a r. decisão agravada para obter os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Os autos tramitam na forma digital.

Não há oposição ao julgamento virtual.

É o relatório do essencial.

Os autos estão em termos para julgamento e em atenção aos princípios da celeridade, efetividade e economicidade, dispensa-

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

se a intimação dos agravados para apresentação de contraminuta, uma vez que ausente prejuízo.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhece-se do presente agravo, pois tempestivo e ausente o recolhimento do valor do preparo recursal, uma vez que versa exclusivamente sobre pedido de concessão de gratuidade processual.

O reclamo da autora, ora agravante, não merece prosperar, conforme razões a seguir expostas.

No tocante à concessão da gratuidade processual é cediço que, por força do artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Além disso, a presunção de veracidade contida no § 3º, do artigo 99, do Código de Processo Civil¹ é relativa e permite prova em contrário, bem como indeferimento do pedido pelo magistrado se este encontrar nos autos elementos que comprovem a possibilidade da parte postulante de arcar com as custas e despesas processuais.

Nesse sentido, há respeitável jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe:

“(...) 2. Em observância ao princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional, previsto no art. 5º, XXXV, da CF/88, é plenamente cabível a concessão do benefício da assistência judiciária gratuita às partes. Disciplinando a matéria, a Lei 1.060/50, recepcionada pela nova ordem constitucional, em seu art. 1º, caput e § 1º, prevê que o referido benefício pode ser pleiteado a qualquer tempo, sendo suficiente para sua obtenção que a pessoa física afirme não ter condição de arcar com as despesas do processo. 3. O dispositivo legal em apreço traz a presunção juris tantum de que a pessoa física que pleiteia o benefício não possui condições de arcar com as despesas do processo sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família. Por isso, a princípio, basta o simples requerimento, sem nenhuma comprovação prévia, para que lhe seja concedida a assistência judiciária gratuita. Contudo, tal presunção é relativa, podendo a parte contrária

¹ Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. § 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

demonstrar a inexistência do estado de miserabilidade ou o magistrado indeferir o pedido de assistência se encontrar elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente". (grifos nossos) (...) (AgRg no AREsp 552.134/RS, Rel. Ministro Raul Araújo).

No caso em tela, verifica-se por meio do conjunto probatório produzido no processo de origem e nestes autos recursais, que não se permite a conclusão de que a recorrente não possa suportar com as custas judiciais e despesas processuais.

Isso porque, a agravante é professora e conforme extratos bancários acostados às fls. 18/27 nota-se que a recorrente recebeu a título de rendimentos pagos pela Secretaria Municipal da Fazenda as seguintes quantias líquidas:

- R\$ 5.102,03 em 29/02/2024 (fl. 22);
- R\$ 5.673,42 em 31/01/2024 (fl. 24);
- R\$ 5.215,35 em 13/12/2024 (fl. 18);
- R\$ 7.083,53 em 20/12/2024 (fl. 19);
- R\$ 5.259,52 em 29/11/2024 (fl. 26).

E como bem apontado pela i. Magistrada de primeiro grau na r. decisão vergastada:

"(...) Contudo, outros elementos presentes no caso concreto corroboram a ausência dos requisitos para a manutenção do benefício, notadamente o fato de que a autora celebrou o contrato objeto da demanda para aquisição de bem imóvel, pelo qual se comprometeu a efetuar pagamentos mensais de mais de R\$ 1.500,00, além de ter dado entrada de mais de R\$ 10.000,00 cenário incompatível com quem alega não poder suportar as custas processuais sem prejuízo do seu sustento. (...)".

Com isso, evidente que a parte recorrente possui plenas condições de arcar com as custas e despesas processuais.

Como bem ressaltou o eminente Desembargador Silvério Da Silva da Colenda 8ª Câmara de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça: *"(...) o termo justiça gratuita não é adequado ao instituto aqui discutido. De fato, o que existe é a 'justiça subsidiada', ou seja, os custos do processo são suportados por toda a população. Sendo assim,*

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

quando se defere o benefício a uma pessoa específica, se impõe aos demais cidadãos o pagamento daqueles custos. Por conta disso, é preciso que este instituto seja utilizado com parcimônia, para que os mais necessitados não tenham que arcar com despesas daqueles que tem situação privilegiada em relação a eles". (TJSP; Agravo de Instrumento 2114181-48.2021.8.26.0000; Data do Julgamento: 16/06/2021; Data de Registro: 16/06/2021).

Não é outro o posicionamento desta turma julgadora em casos análogos:

*"Agravo de Instrumento. Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c.c. Tutela Antecipada, e Danos Morais. **Justiça Gratuita**. Indeferimento. Inconformismo da parte autora. Declaração de pobreza. Presunção que não se mostra absoluta. **Conjunto probatório existente nos autos que milita em favor da capacidade econômica. Decisão mantida. Recurso não provido**, nos termos da fundamentação". (grifo nosso) (TJSP; Agravo de Instrumento 2242535-57.2022.8.26.0000; Relator (a): Hélio Nogueira; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 23ª Vara Cível; Data do Julgamento: 31/01/2023; Data de Registro: 31/01/2023);*

*"Agravo de instrumento – **Pedido de justiça gratuita formulado em ação de produção antecipada de prova – Decisão que indeferiu o pedido de gratuidade judiciária - Insurgência – Alegação de hipossuficiência econômica não comprovada - Inteligência do art. 99, §2º, CPC - Determinação de recolhimento das custas de preparo do agravo, nos termos do art. 99, §7º e 101, §2º do CPC, sob pena de inscrição na dívida ativa – Decisão mantida - RECURSO IMPROVIDO, com determinação**". (grifo nosso) (TJSP; Agravo de Instrumento 2154983-83.2024.8.26.0000; Relator (a): Jorge Tosta; Órgão Julgador: 23ª Câmara de Direito Privado; Foro de Guarujá - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 10/06/2024; Data de Registro: 10/06/2024).*

Assim, de rigor se impõe o indeferimento do pedido de concessão do benefício da gratuidade processual à parte ora agravante, mantendo-se a r. decisão recorrida na íntegra, a qual deu escoreta solução ao caso.

No entanto, para que se evite dano ao direito de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
23ª Câmara de Direito Privado

acesso à Justiça, nos termos do §5º do artigo 98 do Código de Processo Civil², concede-se, excepcionalmente, os benefícios da gratuidade processual à recorrente apenas para conhecimento e julgamento deste agravo de instrumento, restando deferido também o parcelamento das custas judiciais em **3 prestações mensais e sucessivas de igual valor**, sendo a primeira recolhida no **prazo de 15 dias** e as demais 30 dias após o recolhimento da parcela anterior.

Transcorrido o prazo assinalado, deverá a z. serventia certificar se o comando supra fora atendido na íntegra e, oportunamente abrir conclusão à I. Magistrada “*a quo*” para as deliberações necessárias.

Posto isso, pelo meu voto, nega-se provimento ao recurso, com observação.

EMÍLIO MIGLIANO NETO
Relator
Assinatura eletrônica

² CPC. Art. 98. § 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.